



SER TRABALHADOR E ESTUDANTE COM RESPONSABILIDADES FAMILIARES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma articulação possível?

MORAES, Patrícia Maccarini

RESUMO: Este artigo trata da articulação entre responsabilidades familiares, trabalho remunerado e estudos na educação profissional e tecnológica. No contexto da crise estrutural do capital, verificam-se as tentativas para adequar a classe trabalhadora ao discurso liberal ao enfatizar que as soluções para as crises do capitalismo e para a pobreza estão na adoção de uma postura empreendedora, pautada numa lógica de capacitação individual, em uma lógica que responsabiliza os indivíduos pelos seus fracassos. A No entanto, não são problematizadas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores-estudantes e com responsabilidades familiares e nem quais as condições objetivas que possuem para dar conta dos projetos de escolarização. Pretende-se analisar esta temática por meio de uma pesquisa qualitativa a ser realizada com os principais agentes do Instituto Federal de Santa Catarina: gestores, servidores e estudantes. Espera-se conhecer as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores – estudantes com responsabilidades familiares e apontar possibilidades de ampliação da atuação do IFSC.

PALAVRAS-CHAVE: Estudante. Trabalhador. Educação Profissional e Tecnológica.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia integram a Rede de Educação Profissional e Tecnológica¹ e têm como objetivos: ofertar educação profissional técnica de nível médio para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; ministrar cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, buscando a sua capacitação e aperfeiçoamento nas áreas da educação profissional e tecnológica; realizar pesquisas aplicadas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento local e regional, entre outros (BRASIL, 2008). Destaca-se também o foco na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias.

¹ Além dos Institutos Federais, também compõem a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET – RJ e MG), as Escolas Técnicas vinculadas às Universidade Federais e o Colégio Pedro II.



II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 23 a 25 de outubro de 2017

De acordo com o Ministério da Educação, compete aos Institutos Federais incluir cidadãos que, historicamente, foram excluídos do processo de desenvolvimento e modernização do país e atuar como instrumentos ativos de construção e resgate da cidadania e transformação social (BRASIL, 2010). Assim está colocada a função social dos Institutos Federais: trabalhar com políticas de inclusão social voltadas para a formação dos trabalhadores na perspectiva de uma educação integral. A Educação Profissional e Tecnológica - EPT, com caráter mais amplo, está proposta como uma política pública comprometida com o todo social, que busca trabalhar a igualdade considerando as diversidades sociais, econômicas, geográficas, culturais etc., e que, articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional), busca provocar impactos nesse universo (BRASIL, 2010, p.7). A EPT busca consolidar a ação do Estado na oferta de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização, assumindo a educação como um direito fundamentado em um projeto societário, que corrobora com a inclusão social, e emancipatório, orientado para a formação integral de cidadãos – trabalhadores emancipados (BRASIL, 2010).

A criação e a implantação da política de Educação Profissional e Tecnológica é permeada por contradições e ambiguidades no contexto da crise estrutural do capital (Mészáros, 2011). Verificam-se as fortes tentativas para adequar a classe trabalhadora ao discurso liberal, enfatizando que as soluções para as crises do capitalismo e para a pobreza estão nas respostas individuais, na adoção de uma postura empreendedora a partir de uma lógica que responsabiliza, exclusivamente, os indivíduos pelos seus fracassos, entre outras. “Devido às profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e aos riscos associados ao desemprego, os trabalhadores buscam na qualificação profissional e na elevação da escolaridade uma saída para sua inserção no mercado de trabalho” (SOUZA; LUCENA, 2008, p.4).

As transformações nos processos produtivos destacam, ainda, a necessidade de um trabalhador com “novo” perfil, que seja capaz de se adaptar às novas situações de trabalho e se tornar empregável num mercado cada vez mais competitivo (SOUZA; LUCENA, 2008). Assim, coloca-se para os trabalhadores a possibilidade – ou a expectativa – de que, ao elevar a sua qualificação ou a sua formação, aumentam as possibilidades de que encontre um emprego ou de que consiga manter o que já possui (SANTOS, 2013). No entanto, não são problematizadas quais condições objetivas que os indivíduos têm para acompanhar e concluir os projetos educacionais e nem quais os programas e medidas de apoio demandam para garantir a sua plena participação no contexto educacional. Inúmeras são as dificuldades que recaem sobre o trabalhador e sua família, cujas respostas são sempre



individualizadas. As dificuldades se acentuam quando consideradas as variáveis de gênero (sob o ponto de vista da mulher), raça e classe social. Quanto mais houver a associação dessas variáveis, maiores serão os desafios dos Institutos Federais.² Ávila e Portes (2009) discutem as condições de mulheres pertencentes a famílias pobres e que precisam desempenhar tripla jornada para permanecer na universidade: o trabalho remunerado, o trabalho doméstico e o curso superior. Essas mulheres enfrentam cotidianamente um grande desafio para conciliar os diferentes tempos/espços e são submetidas a situações constantes de estresse, ansiedade e pressão. “[...] elas têm plena consciência de que sua possibilidade de sucesso na universidade depende, em grande medida, da **ajuda recebida de sua rede de configuração familiar**” (ÁVILA; PORTES, 2012, p. 828, grifos nossos). A função de apoio e a garantia de condições para viabilidade dos processos educativos é delegada à família.

O entrelaçamento dos objetivos dos Institutos Federais – principalmente o de atender aos trabalhadores, com as dificuldades que estão colocadas para que os homens e as mulheres que trabalham e possuem família consigam manter-se inseridos na escola, é que delineiou o interesse em investigar sobre a articulação³ entre responsabilidades familiares, trabalho remunerado e estudos no campo da educação profissional e tecnológica. Pretende-se pesquisar esta problemática durante o curso de doutorado em Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. As reflexões contidas neste artigo foram apresentadas na forma de projeto de pesquisa para a seleção de estudantes para o programa de pós-graduação anteriormente mencionado.

Essa temática já vem sendo discutida no âmbito das políticas de assistência social e de saúde, sinalizando a necessidade de serviços públicos e mecanismos que favoreçam o equilíbrio entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares, principalmente aqueles relacionados à oferta de cuidado. No entanto, este mesmo debate ainda não está posto na política de educação, e pressupõe-se que seja invisível na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por isso o interesse em analisar a questão nesta política.

² Políticas de ações afirmativas e políticas de cotas para acesso ao ensino superior foram criadas na tentativa de reverter as desigualdades no acesso às instituições públicas de ensino superior. Os Institutos Federais promovem programas específicos de gênero como o Programa Mulheres Mil, via Pronatec, e o Programa Mulheres Sim, por meio de cursos de extensão.

³ Neste debate, os termos “conciliação” e “articulação” podem ser tratados como sinônimos. No entanto, Moser (2014) e Ricoldi (2010) apontam que a articulação destaca uma dimensão mais ampla do equilíbrio entre trabalho e família e remete às políticas públicas e privadas que o possibilitam. Já a conciliação representa uma dimensão mais individual das práticas de conciliar os papéis familiares e profissionais. Nesta pesquisa, pelo enfoque na política de educação profissional e tecnológica, será adotado o termo articulação.



OS TRABALHADORES ESTUDANTES E/OU COM RESPONSABILIDADES FAMILIARES

NA EPT: caracterização do problema

As inquietações que subsidiaram a construção do problema de pesquisa situam-se em apontamentos e problemáticas levantadas a partir da pesquisa realizada para o curso de Mestrado, que estudou trabalhadores - estudantes matriculados no Curso Técnico em Vestuário (Proeja – Certific) ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Jaraguá do Sul⁴, e entrevistou homens e mulheres com vínculo de trabalho no setor têxtil (nas indústrias, nas facções de costura e em domicílio) e alguns cônjuges/companheiros.

Os resultados dessa pesquisa mostraram que os homens, assim como as mulheres, participam ativamente do trabalho familiar⁵ e enfrentam dificuldades para equilibrar as responsabilidades familiares, principalmente o cuidado dos filhos pequenos, com as demandas do trabalho e dos estudos. Constatou-se que a ausência de serviços públicos de apoio e de serviços de guarda de crianças ofertado pelas empresas faz com que o trabalho informal em domicílio seja a alternativa viável (Moraes, 2015).

O que motivou o estudo ora proposto foi a organização metodológica e curricular do curso Técnico em Vestuário (Proeja/Certific) indicou um contexto favorável, pois possibilita aos estudantes maior flexibilidade para escolher os dias em que terão aula, entre outros aspectos (Moraes, 2015). No entanto, as observações da prática profissional enquanto assistente social em um dos *campi* do IFSC e a análise da literatura concernente à temática mostram que esta não é dos demais cursos e campi do IFSC. As famílias têm sido cada vez mais pressionadas a responder às múltiplas demandas que lhes chegam, sem a contrapartida de uma rede de políticas e serviços públicos de suporte, inclusive para aqueles que estão inseridos na rede de educação profissional e tecnológica.

As transformações sociais e econômicas ocorridas nas famílias e nas condições de trabalho também são pedra de toque para a propositura da pesquisa, principalmente a crescente responsabilização das famílias e a reestruturação das condições e das relações

⁴ A pesquisa realizada no curso de Mestrado em Serviço Social, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, resultou na dissertação: “A difícil conciliação entre os três mundos: família, trabalho e qualificação profissional”, concluída em 2015. O objetivo geral da pesquisa foi conhecer e analisar as condições de vida e de trabalho das famílias inseridas no setor têxtil na cidade de Jaraguá do Sul e que estão vinculadas, por meio de um de seus responsáveis, a programas de qualificação profissional (MORAES, 2015).

⁵ Conforme a definição de Saraceno e Naldini (2003), este trabalho engloba: o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados para com familiares, o trabalho de consumo – compra e preparação de alimentos -, o trabalho para acesso aos serviços públicos e privados e o trabalho de relação. O trabalho familiar incorpora ainda o gerenciamento da interface entre indivíduos, família e sociedade, passando pela rede de amigos e parentes, pelos serviços e pelo mercado de trabalho.



de trabalho. Trata-se de um contexto no qual se propõe que o Estado seja mínimo, em decorrência da contrarreforma estatal em curso a partir da década de 1990, a partir da qual as questões que deveriam ser de responsabilidade das políticas sociais passam a ser delegadas para a sociedade civil, sinalizando a “redescoberta da família como um importante agente privado de proteção social” (PEREIRA, 2010, p. 26), sob a ótica conservadora de que a sociedade, especialmente a família, deveria compartilhar com o Estado responsabilidades que antes eram da alçada dos poderes públicos (Idem, p. 30).

Configura-se um modelo plural de bem-estar no qual a família tem sido constantemente chamada a responder pela proteção social em razão das lacunas do Estado e do mercado. A incorporação da família pela política social acontece numa lógica familista em que o Estado aloca o máximo de obrigações de bem-estar para a unidade familiar (ESPING-ANDERSEN, 2000), sem considerar os recursos emocionais, financeiros e mesmo de tempo que elas dispõem (MIOTO, 2015). A constante responsabilização da família por parte dos serviços sociais (principalmente nas áreas de saúde, assistência social e educação) exige permanentemente a presença de uma família capaz de cuidar e prover, desconsiderando os seus demais “compromissos”, a exemplo do trabalho para o mercado, da necessidade constante de aprimoramento e qualificação para manter-se competitivo e apto para o mercado e a manutenção das necessidades básicas de sobrevivência.

Esses processos têm exigido que as famílias executem diversas atividades que, internamente, são realizadas predominantemente pelas mulheres, ainda que estas tenham assumido um espaço maior no trabalho remunerado, enfatizando as profundas desigualdades de gênero no que se refere à participação dessas mulheres no trabalho remunerado e também na sua inserção em projetos de elevação da escolaridade. O trabalho familiar (não remunerado e realizado predominantemente por mulheres, apesar da crescente participação dos homens) que se processa no âmbito privado não é considerado uma contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

Acentuam a problemática já apresentada as condições e as relações de trabalho marcadas pela desregulamentação dos contratos, pelo desmonte dos direitos trabalhistas e pelo crescimento da desproteção do trabalho, bem como o crescimento do desemprego e do trabalho informal e o aumento significativo do contingente populacional apto para o trabalho, mas que não consegue se inserir no mercado formal.

A necessidade de equilibrar os estudos com a família e com o trabalho impactam é identificada como causa da evasão na EPT. Os dados levantados pelo GT de Evasão do IFSC Campus Canoinhas, que analisou a evasão em cursos técnicos no período entre 2011



e 2015, mostram que as demandas da família (necessidade de cuidar de filhos ou parentes, demandas de saúde e mudanças de cidade do grupo familiar) e do trabalho (mudança de cidade por motivo trabalho, mudança de curso por causa do trabalho, horário de trabalho e dificuldades para conciliar o trabalho com a escola) foram relevantes para a evasão de um percentual significativo de estudantes, conforme a tabela abaixo.

Curso Técnico	Motivos		
	Família	Trabalho	Não informado
Agroecologia	6%	15%	51%
Agroindústria	9%	15%	53%
Edificações	3%	24%	50%
Informática	11%	20%	51%

Tabela 1. Motivos da evasão por curso.

FONTE: INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório GT de Evasão.**

De acordo com o mesmo estudo, em todos os cursos, as maiores taxas de evasão foram verificadas nas pessoas com faixa etária entre 19 e 27 anos, em torno de 50%, seguidas pelas pessoas com idade entre 28 e 35 anos, cerca de 20%. Dos alunos que mais evadiram em todos os cursos, cerca de de 50% informaram estar trabalhando no ato da matrícula.

Coelho (2014), ao estudar a permanência e o abandono em duas instituições da Rede Federal de EPT, identificou que as dificuldades para conciliar estudo, trabalho e família contribuíram para o abandono escolar de 40% dos respondentes. A maior parte do público pesquisado pela autora era casado (56%), morava com cônjuge (68%) e possuía filhos (52%). Os alunos que permaneceram nos cursos também apontaram que as dificuldades da “conciliação” se colocam como ameaça à permanência.

A partir da compreensão de que a educação profissional e tecnológica é um direito social que deve atender às necessidades sociais é que se colocam as questões norteadoras do problema de pesquisa: “Como estão colocadas as demandas para articulação entre família, trabalho remunerado e educação no Instituto Federal de Santa Catarina? De que maneira estas demandas são percebidas e enfrentadas pelos trabalhadores-estudantes dos cursos técnicos? Como esta problemática vem sendo tratada pela política de educação profissional, nos documentos publicados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação e do Instituto Federal de Santa Catarina, bem como nos programas e nas ações direcionais aos estudantes? Qual é a compreensão



dos servidores e dos gestores do IFSC acerca destas demandas de articulação entre família, trabalho e educação?”

pretende-se estudar como a articulação família – trabalho – estudos é percebida e está inserida no âmbito da educação profissional e tecnológica. No leque de possibilidades que estão colocadas para análise, são identificados dois recortes principais: o primeiro, pelo viés dos estudantes, que são os principais afetados pelas demandas de articulação de família, trabalho e estudos, visto que lhes é exigido empenho na elaboração e na execução de estratégias unicamente de caráter privado e familiar, conforme demonstrou Moraes (2015); o segundo, destina-se ao estudo das políticas e das propostas institucionais para possibilitar o ingresso e a permanência nos cursos técnicos dos sujeitos que têm uma famílias às suas expensas e um trabalho ao qual precisam se dedicar para custear a sobrevivência.

OBJETIVOS DO ESTUDO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo proposto tem como objetivo geral analisar como se apresenta e como é problematizada (ou não) a articulação entre responsabilidades familiares, trabalho e estudos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a partir de seus principais agentes: estudantes, professores e gestores do Instituto Federal de Santa Catarina. Já os objetivos específicos são: identificar propostas e legislações relacionadas à família nos documentos produzidos pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Federal de Santa Catarina; identificar, nos documentos produzidos pelo Ministério da Educação e pelo Instituto Federal de Santa Catarina, propostas e legislações que façam referência, direta ou indireta, à articulação dos estudos com o trabalho; conhecer e analisar a compreensão (conhecimento e problematização) de gestores e professores do Instituto Federal de Santa Catarina acerca das demandas de articulação família, trabalho e estudos; estudar como os dilemas da articulação entre família, trabalho e estudos são compreendidos, problematizados e enfrentados pelos estudantes.

A pesquisa será qualitativa, em um movimento que vai do geral para o particular. Assim, a análise iniciará nos documentos produzidos pelo Ministério da Educação, prioritariamente pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), até chegar nas experiências dos servidores, gestores e alunos da EPT, momento em que se analisará o Instituto Federal de Santa Catarina, com recorte específico para o Campus Canoinhas.



Considerando a complexidade da temática e seu caráter multidimensional, a pesquisa proposta implica dois movimentos. Um deles será realizado por meio de pesquisa documental, a fim de se analisar as publicações do MEC, da SETEC e do IFSC e investigar como estão pautadas as demandas dos trabalhadores-estudantes. A pesquisa documental analisará documentos de fontes primárias: legislações, portarias, resoluções, atas de reuniões e outras publicações. No caso dos documentos produzidos pelo IFSC, a análise recairá sobre as atas das reuniões e resoluções do Conselho Superior, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e também sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional.

O segundo movimento metodológico para desvendamento do fenômeno em estudo será a pesquisa empírica, que buscará conhecer como ele é compreendido pelos estudantes, servidores e gestores do IFSC. Para tanto, será realizado grupo focal com os estudantes e entrevistas semiestruturadas com servidores e com pessoas estratégicas na gestão do Instituto. As entrevistas serão aplicadas com servidores que atuam na coordenação pedagógica e com docentes dos cursos técnicos, priorizando aqueles que estiverem nas coordenações de curso no IFSC – Campus Canoinhas. Além destes, serão ouvidos também gestores de setores estratégicos para o atendimento dos alunos na Reitoria do IFSC. Diante disso, o número de sujeitos pesquisados não será definido *a priori*, mas sim pelo “ponto de saturação”, ou seja, “a coleta de dados é encerrada no momento em que se identifica que se chegou ao conjunto de informações que poderia ser obtido com relação ao tema” (MARTINELLI, 1999, p. 24), ou ainda, quando as informações começam a ter uma regularidade de apresentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dilemas da articulação das responsabilidades familiares e/ ou do trabalho com os projetos de escolaridade são enfrentadas de forma individualizada pelos trabalhadores-estudantes. Estes dilemas, muitas vezes, se colocam como impedimentos para a conclusão do itinerário formativo desse público, conforme observado nos dados levantados pelo GT de evasão, por isso, o interesse em estudar em profundidade esta questão. Espera-se, entre outros aspectos, trazer à luz as possíveis dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores – estudantes com responsabilidades familiares e apontar possibilidades de ampliação da atuação do IFSC.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 11892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e Dá Outras Providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes.** Brasília: Mec, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 out. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório GT de Evasão.** Canoinhas: Ifsc, 2015.

COELHO, A. J. d. P. **Permanência e abandono escolar na educação profissional:** um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economias postindustriales.** Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas em serviço social. In: _____. (Org.). **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 157 p. Tradução de Francisco Raul Cornejo ..[et al]..

MIOTO, R. C. T. Política Social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p.699-720, out./dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0699.pdf>, Acesso em: 28 ago. 2016.

MORAES, P. M. **A difícil conciliação entre os três mundos:** família, trabalho e qualificação profissional. 2015. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MOSER, L. **Os desafios na articulação entre trabalho e família:** demandas às políticas públicas e ao serviço social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 14., 2014, Natal, RN. **Anais...** . Natal, RN: Enpess, 2014. p. 1 - 11. CD-ROM.



PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M.C.. **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RICOLDI, A. M. A noção de articulação entre família e trabalho e políticas de apoio. In: BRASIL. Ipea. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Brasília: Ipea, 2010. p. 34-44. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt42_completo.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

SARACENO, C; NALDINI, M. **Sociologia da Família**. 2. ed. atualizada. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 2003.

SANTOS, Kátia Paulino. Política de qualificação profissional: avanços e perspectiva no Estado do Amapá. **Pracs**: revista eletrônica de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 6, p.149-163, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewArticle/383>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

SOUZA, L. M. de; LUCENA, C. A.. As interfaces entre trabalho - educação e as possibilidades de uma verdadeira emancipação humana: uma proposta de educação "para além do capital". In: JORNADA DO HISTEDBR, 8., 2008, São Carlos. **Anais...** . São Carlos: Histedbr, 2008. p. 1 - 21. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/trabalhos.html>. Acesso em: 22 jan. 2015